

são de nossa responsabilidade.

No início do nosso relato pretendemos descrever brevemente como foi o contato do povo Suruí com os representantes da sociedade nacional. Em seguida, os nossos primeiros contatos com as duas comunidades Suruí, do Posto Indígena (PI.) Sete de Setembro e do PI. da Linha 14, analisando as prováveis expectativas da comunidade em relação a nós. Por fim, expor alguns aspectos da cultura e da luta dos Suruí por sua sobrevivência física e cultural.

É necessário afirmar de antemão que nossas observações estão baseadas no contato direto com a comunidade durante os meses que com ela convivemos, principalmente de abril a setembro de 1979. São dados empíricos, portanto, que mereciam maior aprofundamento. Mas, sobretudo, é o relato de quem procurou compartilhar a vida deste povo, até que fôssemos arbitrariamente expulsos da comunidade.

I.1. BREVE HISTÓRICO DO CONTATO DOS SURUÍ COM A SOCIEDADE NACIONAL

O povo Suruí é um povo semi-nômade que viveu tradicionalmente nas matas entre os rios Ji-Paraná, Branco e Roosevelt, a sudeste do atual Território Federal de Rondônia. O nome "Suruí" foi-lhes atribuído por Francisco Meirelles, famoso sertanista brasileiro já falecido, e que iniciou a atração aos Cinta-Larga e Suruí. Porém, o nome que o próprio povo indígena se atribui é 'PAÍTER', que aproximadamente significa: "nós somos gente, nós somos povo, nosso povo". Os Suruí viviam numa região extensa também habitada por diversos outros povos. Assim, seu antigo território se limitava:

a sudeste a leste com o território dos índios Cinta-Larga;

a nordeste com o território dos Gavião e Arara;

a norte com o território dos Zoró (Cabeça Seca).

Os Zoró são ainda hoje os principais inimigos dos Suruí (da parte de povos indígenas), uma vez que invadiram o território destes a nordeste, impelindo os Suruí na direção da BR-364.

O território dos Suruí é banhado pelos rios Sete de Setembro, Lobô e mais ao norte o Branco. A história da demarcação da atual Reserva é outra que carece de ser contada, porque está cheia de episódios importantes, para se compreender a situação atual das terras dos Suruí, invadidas por mais de 250 famílias de colonos, preteridos nos projetos de colonização do INCRA e que resolveram provisoriamente o seu problema criando um maior para o povo Suruí.

O povo Suruí sofreu uma verdadeira catástrofe após o contato. Qualquer estatística a respeito da sua população antes do contato padece da precariedade das informações que se pode obter por se conhecer muito pouco a língua indígena. Mesmo assim, baseando-nos em relatos de índios semi-alfabetizados e que falam razoavelmente o português, estimamos uma população de cerca de mil e duzentos índios, à época do contato (1969). Num destes relatos, Ibjaraça, Suruí com cerca de 20 anos de idade, nos informou o seguinte: os Suruí viviam no mato em dois grupos. O primeiro, são os Suruí que hoje vivem no PI. Sete de Setembro, o grupo maior, que naquele tempo era formado pelo conjunto de 10 malocas grandes, cada uma com 70 a 80 pessoas. O segundo grupo, são os Suruí que hoje vivem na Linha 14, o grupo menor e que naquela época era formado pelo conjunto de 5 malocas grandes. Procedendo aos cálculos, chega-

CEEDI - P.I.B.
DATA 31/12/86
COD SKD 20

Sumar

se a um número aproximado de mil e duzentos índios. Mas deve-se considerar que constantemente haviam grupos ou clãs no mato, à procura de caça e coleta para subsistência, o que não foi mencionada por Ibjaraga nesta oportunidade.

Chiappino, em 1972, estimou a população Suruí por volta de 400 a 500 indivíduos. Ele chegou a este número da seguinte maneira: "encontrei 250 Suruí pertencentes a dois dos grupos que compunham esta tribo. A eles se juntaram alguns indivíduos dos outros dois grupos. Dado o equilíbrio existente entre estes grupos e a constante composição que encontrei entre os grupos nômades, poderia dizer que a tribo Suruí possui por volta de 400 a 500 indivíduos. Na realidade, cada grupo nômade era composto por 35 a 40 índios; conheci cinco destes grupos com os seus líderes, o que soma mais ou menos 200 pessoas, sem contar os 'visitantes'. É preciso ter em mente, contudo, que estes dados precisam ser em muito diminuídos por causa da epidemia. Na verdade, durante a minha estada registrei vinte mortes de pessoas a quem conhecia ou por nome ou por parentesco, em outras palavras, a média de uma morte por semana. Mais tarde, soube que a epidemia continuou, causando uma mortalidade de 45% no grupo que visita constantemente o posto Sete de Setembro da FUNAI."

Quando nós chegamos aos Suruí, em setembro de 1978, falava-se em 300 índios. Depois de um criterioso trabalho em que procuramos anotar nome por nome toda a população Suruí, com o auxílio do lingüista Bill Bontkes, chegamos aos seguintes resultados, válidos até setembro de 1979:

PI. Sete de Setembro	
Suruí	169
Cinta-Larga	8
Total	177

Óbitos (1979)	
PI. da Linha 14	4
Suruí	82
Cinta-Larga	14
Nambiquara	7
Total	103

Temos, então, uma população Suruí, vivendo nos Postos, de 251 indivíduos. Há, porém, um número flutuante de índios Suruí que vive fora das aldeias, ora trabalhando na casa de colonos, que vivem nas proximidades da área indígena, ora para a FUNAI em outros Postos Indígenas, ora como peão de alguma empresa. Temos conhecimento de 8 Suruí que se encontram nesta situação. Acrescente-se ainda 3 crianças que foram adotadas por brancos, uma das quais se encontra na Inglaterra. Chegamos assim ao total de 262 indivíduos.

A esta população deve-se acrescentar 22 índios Cinta-Larga, que mudaram para a Reserva dos Suruí, principalmente devido a casamentos. Geralmente, são os jovens Suruí que casam com mulheres Cinta-Larga. Mas há o caso de um grupo todo que acompanhou o Suruí Ğakodã (Nambu), que casou com Maria, uma índia Cinta-Larga. Neste grupo há vários casais Cinta-Larga, que resolveram viver e trabalhar com seus novos parentes Suruí. Este grupo vive num lugar separado, a uns 4 km do Posto da Linha 14, totalizando 14 pessoas que vivem de forma independente do Posto, sob a liderança de Ğakodã (Nambu). Há ainda uma família Nambiquara, que os Suruí permitiram que morasse em sua Reserva, próximo ao grupo de Ğakodã, composta de 7 pessoas. Temos então, uma população indígena de 291 indivíduos vivendo na Reserva Suruí (vide Anexo 1).

A sociedade indígena, como de resto todas as sociedades nativas, é considerada, de acordo com seu sistema econômico, auto-suficiente. São

Índios caçadores, coletores e agricultores semi-nômades. Suas comunidades ou aldeias, na estação seca, são divididas em pequenos grupos nômades, cada qual com seu lugar para caça, que é abundante. Basta ver a quantidade de carne que se consome diariamente. Um amigo que vive entre os Kuliãna, no Acre, nos contava recentemente que participou de caçadas nas quais abatiam até 35 porcos do-mato de uma vez. Os Suruí, contudo, hoje em dia já não conhecem mais esta fartura. A invasão de suas terras por colonos afastou a caça para bem longe do lugar onde vivem, o que dificulta muito a sua vida. De outro lado, suas plantações - que exigem bem menos trabalho em comparação com a colonização atual - alcançam alta produtividade. Chiappino informa o seguinte a esse respeito: "A qualidade da produção chegou a surpreender o Dr. Evaldo Medeiros, um engenheiro agrônomo que me acompanhou na visita, e coletou amostras."

Os Suruí, tradicionalmente, plantam milho, cará, inhame, batata doce, mandioca, amendoim, banana, mamão. Completam sua dieta com a coleta de diversos frutos do mato como a castanha do pará, o coco, o mel, o gongo (uma larva que se cria no interior do coco babaçu), o cacau, o palmito, frutos diversos. A pesca, igualmente abundante, é outra fonte importante de proteínas e vitaminas. Por aí, se pode ter uma idéia de quanto rica e diversificada é a alimentação do povo Suruí. Com toda a certeza, se pode afirmar que os Suruí nunca conheceram a fome antes do contato com os brancos, e muito menos a doença endêmica que quase dizimou o povo após o contato com os 'yara' (civilizados).

Com efeito, a colonização avassaladora que se abateu sobre o Território de Rondônia veio modificar completamente esta situação. A atração ou "pacificação" feita às pressas ocorreu concomitantemente com a colonização do Território. De repente, grandes contingentes de colonos passaram a exercer uma pressão poderosa sobre as ter-

ras e a população indígena. Mas também há outros interesses em jogo, como o das grandes companhias de mineração. Aqui é interessante reproduzir um trecho do filme "A Guerra da Pacificação", feito por um cineasta francês, no qual ele entrevista o sertanista Apoena Meirelles, que na oportunidade chefiava a expedição de atração dos índios Suruí e Cinta-Larga. Respondendo a uma pergunta, Apoena diz, textualmente: "Toda expedição, quando ela é realizada, a finalidade é justamente liberar uma área, quer dizer, para um fim econômico determinado ... É o caso aqui nosso, para possibilitar a exploração de minérios, entendeu, na área. Depois a companhia irá, caso encontrar minérios, pagar um royalty à FUNAI, possibilitando assistência a estes índios. Estes índios ficarão com suas terras demarcadas e asseguradas." Shelton Davis, no seu livro "Vítimas do Milagre - O Desenvolvimento e os Índios do Brasil" (Zahar, Rio de Janeiro, 1978), menciona que em fins de 1972 eram sete grandes companhias que desenvolviam atividades de exploração mineral no Parque Indígena Aripuanã, ameaçando principalmente os Cinta-Larga. São as seguintes: Mineração São Marcos Ltda., Companhia Espírito Santo de Mineração (CESMI), Sociedade de Mineração Atlântico (SOMINA), Mineração Vale do Madeira Ltda. (MIVALE), Mineração Vale do Roosevelt, Companhia Estanífera do Brasil (CESBRA) e Mineração Alcione (p. 114, vide Jornal do Brasil, 21/11/72).

A colonização, da forma como foi feita, desordenada, abrupta, violenta, fatalmente entrou em choque com os índios. Estes defenderam a todo custo seu direito primeiro à terra que habitam desde seus mais remotos ancestrais. Mas, seria ingenuidade imaginar que a acumulação de colonos às margens dos territórios indígenas não iria expandir-se para o interior destas férteis terras. Hoje, a ocupação do território Suruí por colonos se tornou permanente, o que põe em risco o próprio futuro deste povo indígena. E o mais triste é observarmos que a mesma estratégia está sendo hoje usada contra os índios Uru-eu-wau-wau, que defendem o seu terri-

tório à força, com arco e flecha na mão, preferindo morrer a se sujeitarem à sociedade nacional que a cada dia os comprime para os matos interiores.

A estas pressões, veio se juntar a disseminação de doenças dos civilizados, acabando com mais da metade da população Suruí. A comunidade indígena não tem como reagir diante de uma epidemia. Quem vai suprir a alimentação cotidiana quando praticamente todo o grupo está doente? A FUNAI, que os atraiu, estaria em condições de socorrê-los, de alimentá-los? A fome compulsória foi um dos fatores agravantes que veio se somar às epidemias como causa da grande mortalidade indígena após o contato.

Chiappino afirma que o fato de que essas sociedades perduraram até nossos dias no estado em que as encontramos na floresta, antes de qualquer contato contagioso, prova sua seguinte hipótese: "A perfeita adaptação ao meio, como tive oportunidade de observar, nada mais é que o resultado de um sistema social altamente estruturado, o qual, embora diferente do nosso, funciona muito bem. É um crime pensar e dizer que estamos deparados com o 'fim de uma raça'. Sem nós esse povo teria continuado a existir. Antes de nós eles viviam, agora eles tem que aprender a sobreviver, compelidos que estão a existir lado a lado conosco. É muito fácil para nós, em face das conseqüências que observamos (as epidemias que os estão dizimando) pôr à culpa na diferença cultural. O único resultado negativo que pode ser atribuído ao seu isolamente biológico é a sua alta suscetibilidade à infecções trazidas por nós, os brancos, o povo 'civilizado'... Eles não tiveram a oportunidade de desenvolver imunidade para certas doenças, especialmente virus infecciosos, como a 'simples' gripe, tão comum para nós. Por isso eles foram abatidos por vastas epidemias, como a gripe, resultando numa bronco-pneumonia, que levava logo à morte. Os primeiros cronistas nos legaram boas descrições dessas pandemias. Também esquecemos se-

guidamente que na época da chegada dos brancos, a população das Américas compreendia um quarto da população mundial. Um século após aquela população baixou à metade, não por causa da guerra, mas devido a epidemias que ocorreram imediatamente após o primeiro contato." Chiappino aqui, nada mais faz que reafirmar, a partir de suas observações, o que Darcy Ribeiro já escrevera em 1956: "A história das relações entre índios e brancos no Brasil ensina que as armas de conquista foram alguns apetites e idéias, um equipamento mais eficiente de ação sobre a natureza, bacilos e vírus... Até hoje não foi rigorosamente documentada qualquer moléstia originariamente indígena que passasse à população brasileira, a não ser certas micoses... É considerável, porém, o número de entidades mórbidas levadas aos índios." (Os Índios e a Civilização, Vozes, Petrópolis, 1977, 2ª ed., p.272s). Ribeiro acrescenta à gripe outras enfermidades, principalmente das vias respiratórias, afecções pulmonares, tuberculose, sarampo, gonorréia, varíola e varicela, e conclui: "Como se vê, é catastrófico o vulto da redução populacional que esses grupos indígenas sofreram após os primeiros contatos, principalmente em virtude da contaminação pelos agentes mórbidos referidos." (Idem, p.286).

A propósito da tese acerca da perfeita adaptação ao meio, a pesquisadora norte-americana Betty Meggers confirma, após prolongados estudos, a hipótese de Chiappino. Meggers, ao analisar detalhadamente o ecossistema amazônico, afirma que a agricultura itinerante praticada pela quase totalidade das tribos amazônicas, apesar de suas deficiências, "é a mais apropriada para o ambiente, superando as técnicas de agricultura intensiva que predominam nas regiões temperadas." (Amazônia - A Ilusão de um Paraíso, Rio de Janeiro, 1977, p. 40). Meggers continua: "O predomínio do método de cultivos itinerantes nas baixadas amazônicas representa, portanto, uma adaptação às necessida-

des especiais do solo e do clima. O fato de que é a única técnica agrícola que pode ser usada in definitivamente, sem danos permanentes para o solo, explica seu emprego em todo o mundo tropical. O fato de se conseguir manter a fertilidade do solo tem, em contrapartida, - e esse o preço pago - uma concentração demográfica relativamente baixa e a instabilidade de fixação dessa população. O ponto a ser acentuado aqui é que a agricultura itinerante não constitui um método de cultivo primitivo e incipiente, tratando-se, ao contrário, de uma técnica especializada que se desenvolveu em resposta às condições específicas de clima e solo tropicais." (Idem, p.42). Tudo isto, a ser levado a sério - como deve ser -, levanta muitas e graves interrogações a propósito da colonização intensiva que se está realizando na Amazônia e particularmente aqui no Território de Rondônia, cujas conseqüências ecológicas futuras não são de todo imprevisíveis, e que representam sérios perigos para as populações que nos sucederão na Amazônia.

Voltando aos Suruí, Chiappino relata que os encontrou em estado calamitoso pouco tempo decorrido dos primeiros contatos com os brancos. Conta e -le que o "contato se fizera rápido demais e sem contar com qualquer assistência médica ... Para ser exato, foi organizada por Apoena, filho de Francisco Meirelles, uma missão por helicóptero, um ano antes de minha chegada. Essa missão, talvez enviada com boas intenções, revelou a inconsistência e o desproveito de tal decisão. Feita de uma forma brutal e apressada, foi um fracasso total. O único resultado foi que sobrevoou e visi tou uma aldeia Suruí, imediatamente abandonada pe los seus ocupantes com a chegada do aparelho. Obtive junto aos participantes nessa missão, que in cluiu o fotógrafo da FUNAI Jesco von Puttkamer, somente detalhes do folclore e grotescas observações sobre o comportamento dos índios. Quem nesse estado de 'pacificação' poderia crer no sucesso de uma assistência médica dessa espécie, senão aqueles que nela viram apenas propaganda e gratui

ta chance de ascensão? Essa tentativa não foi se guida de nenhuma outra." Chiappino relata sobre outra missão médica, esta depois de sua chegada ao Pl. Sete de Setembro. Esta missão foi chefiada pelo Dr. Marços Porto e incluía um dentista com seu material, um enfermeiro e um agrônomo. Ela deveria ir para a floresta onde havia sido localizado um grupo de índios doentes. Todavia, "essa missão não passou de uma propaganda que vi sava impressionar-me. Consistia principalmente, na aplicação de injeções intra-musculares de eu caliptina e uma série de vacinas anti-tetânicas, as quais não tinham proveito para a situação, mas também não eram inofensivas. Essas vacinas além de não terem serventia, são desrecomendadas quando administradas a um grupo de pessoas cuja infecção oriunda de uma causa bem diferente e que é su jeito, mesmo sob condições normais, ao contato telúrico desde o nascimento, isto é, com o solo. Nesse caso, parece óbvio que vacinas foram feitas na correria, sem a mínima observação do grupo va cinado, e sem reparar as conseqüências. Portanto, os motivos para tal empreendimento eram excusos, pois todos os cuidados necessários foram tomados para conseguir as fotografias que iriam provar a eficiência da ajuda médica dada pela FUNAI aos Índios. Esta situação chegou ao cúmulo quando no meu retorno encontrei a equipe chefiada por Robe rto Pozzato, filho do Delegado Regional da FUNAI, e Jesco von Puttkamer, que vieram ao meu encontro falando da missão que deveria ser objeto de um artigo de jornal. Essa equipe era tão imponente e pesada que não era capaz de percorrer mais de dois ou três quilômetros por dia. Tão depressa como chegou - uma vez saturada de folclore -, foi embora, deixando-me para trás sozinho com a peque na sobra de meus próprios medicamentos. Procurei observar as conseqüências da vacinação. Um índio ainda jovem tive de carregar nas costas até o Posto Sete de Setembro, pois fiquei apreensivo com um abcesso que aconteceu depois da vacinação.

Ele tremia intensamente e estava paralisado da pedra onde tinha recebido a injeção."

Este relato de Chiappino nos foi confirmado, em parte, pelo linguísta do Summer Institute of Linguistics, Bill Bonker, que participou da criação dos Suruí desde 1968, e na época de Chiappino se encontrava na área indígena. Bill nos informou que, de fato, naqueles primeiros anos houve uma mortalidade entre os Suruí devido às epidemias. Ele confirmou também a epidemia de sarampo ocorrida em 1972. Ele próprio disse ter comprado remédios contra a tuberculose e gripe, "porque a FUNAI não fornecia remédios." Disse também que em diversas ocasiões sugeriu que se fizesse uma campanha intensiva de vacinação preventiva, indo ao encontro dos índios que ainda viviam no mato, distantes do Posto da FUNAI, acrescentando que os índios se mostravam muito receptivos às vacinas. Ele completou, dizendo, que não compreende por que isto não foi feito.

Voltemos a Chiappino. Ele então, pergunta: "E, sem deixar-se amedrontar por uma palavra, não seria isso g e n o c í d i o ? Isso explicaria porque antes de deixar o Brasil, pediram que assinasse um documento reconhecendo os esforços da FUNAI, especialmente no campo da assistência médica aos índios, afirmando que os índios opõem-se ferozmente contra esses esforços e que de todo modo tratavam-se de pessoas subnutridas há milhares de anos, em outras palavras, o fim de uma raça. Este documento, do qual possuo o rascunho, me foi apresentado em nome do Presidente da FUNAI, Gal. Bandeira de Mello, pelo Delegado Regional da FUNAI, em Porto Velho.

Sustentei que nunca observei tais coisas, nem em relação à proteção dos índios pela FUNAI, nem a resistência dos índios aos meus remédios, em virtude daquela pequena confiança que havíamos desenvolvido. Certamente, isso requer uma certa disponibilidade e deveria ser a tarefa de alguém que vivesse no meio deles." (os grifos são nossos)

Chiappino encaminhou um relatório onde expunha todas as suas observações e onde se propôs a executar uma assistência médica constante e adequada aos Suruí, com apoio da Cruz Vermelha Internacional. Mas nada disto foi aceito pela FUNAI. Ele então pergunta e acusa: "O que ocorreu com o meu relatório? Reconheço que possam existir algumas pessoas competentes e conscientes na FUNAI, mas eu não as encontrei. Percebo que isso é uma séria acusação, mas estou tão somente perguntando o que foi feito para melhorar essa situação que descrevo. Será que era completamente impossível de prever? Há atualmente algum médico encarregado da vacinação dos índios Suruí? Por que a minha colaboração não foi aceita, nem mesmo as vacinas e antibióticos que ofereci ao Presidente da FUNAI? Por que não é requisitada justamente para essa tarefa a assistência da Cruz Vermelha Internacional, ao invés de tê-la como convidada para visitar áreas onde os problemas médicos são obviamente menores?"

Poderíamos nos estender muito mais com base no relatório de Chiappino, mas o que já foi transcrito basta para que tenhamos uma idéia de como a FUNAI exerceu a tutela em relação aos Suruí.

No livro antes citado de Shelton Davis, encontramos também graves denúncias acerca do genocídio das populações indígenas do Parque Indígena Aripuanã. Davis afirma que em certa época havia mais de 10 mil nativos nessa área, vivendo em mais de 100 aldeias. Os Suruí e Cinta-Larga eram as tribos maiores. Outras tribos dessa área, todas falando línguas da família Tupi-Kawahib, eram os Bocas-Negras, Rama-Rama, Itogapuk, Pahim, Aipo-Sessí, Pawaté, Majubim, Mialat, Paranawát, Wiraféd, Takuatép, e Ipotewat (p.106). Naturalmente(?) estes povos todos já não existem. Davis menciona especificamente o "Massacre do Paralelo Onze", perpetrado em 1963 a mando da firma de borracha Arruda e Junqueira contra os índios Cinta-Larga. Os jagunços dessa firma, chefia

dos por Francisco de Brito, atacaram uma aldeia Cinta-Larga em meio a um importante cerimonial. Foi usado um avião que jogou açúcar com arsênico sobre os índios além de dinamitar a aldeia. Ninguém sabe exatamente quantos índios foram mortos nesse ataque. Alguns, porém, escaparam, dos quais uma Índia Cinta-Larga vive hoje na cidade de Diamantino (MT). Sabe-se que outra expedição foi organizada para exterminar a tribo, não conseguindo o seu intento.

Durante nossa estada entre os Suruí, tivemos oportunidade de observar o atendimento de Saúde oferecido pela FUNAI aos índios. Houve algumas melhorias, mas ainda deixa muito a desejar. As visitas da Equipe Volante de Saúde (EVS) continuam apressadas e às vezes parecem viagens de turismo. A vacinação ocorre, mas sem um esquema rigoroso. Há casos de repetirem vacinas que não seriam necessárias e de vacinas que deixam de ser feitas, como ocorreu neste ano de 1979 com a vacina contra coqueluche. Ela só foi feita após uma epidemia generalizada, que fez duas vítimas, um recém-nascido e um menino de 2 anos. Outro fato, porém, de suma gravidade foi o que se deu com um sextanista de medicina que se colocara à disposição para um trabalho de 3 meses junto aos Suruí, gratuitamente. Ele fora convidado por nós e da parte da Secretaria de Missão da IECLB houve todo o apoio. Este estudante viria justamente para colaborar na época em que se deu o surto de coqueluche. A Secretaria de Missão pediu uma autorização formal no dia 23/08/79 para a FUNAI, de modo que, no menor espaço de tempo possível, Delmar Purper e a Srta. Lígia Machado, professora, pudessem entrar na área. Houve então uma série de exigências burocráticas, que a Secretaria de Missão preencheu. Mesmo assim, até hoje (dezembro de 1979) a autorização não saiu, desanimando os dois voluntários que, entretanto, desistiram de seu plano. De nossa parte, vimos frustrada uma ótima oportunidade de se atender a comunidade indígena de uma maneira constante e continuada durante um certo tempo. É contra o desca-

so e a burocracia da FUNAI que temos de protestar. Isto nos faz perguntar pelos verdadeiros objetivos da política indigenista oficial, pois jornalistas, fotógrafos e turistas interessados no índio folclórico, recebem com toda facilidade permissão para entrar nas áreas indígenas, e nós testemunhamos estes fatos seguidas vezes no PI. Sete de Setembro. Mas, voluntários que resolvem livre e espontaneamente dedicar uma parte do seu tempo e de suas habilidades à comunidade indígena, ficam sujeitos a uma burocracia que, para sermos claros, trabalha contra os índios.